



## Repatriação de recursos pode ser decidida hoje no Plenário

Senadores precisam analisar mudanças no projeto feitas pela Câmara, como a que proibiu cônjuges de políticos de aderirem ao programa

O projeto que abre novo prazo para a repatriação de recursos no exterior está de novo na pauta do Senado. Agora o Plenário vai deliberar apenas sobre as mudan-

ças aprovadas pelos deputados após a votação no Senado. Entre elas, a limitação de condições para brasileiros residentes no exterior aderirem ao programa e a proibição para que cônjuges e

parentes de políticos também participem. Antes dessa decisão, porém, é preciso liberar a pauta, trancada pela medida provisória que altera regras para renovar concessão de rádios e TVs. **3**

## Zona Franca recebe homenagem pelos seus 50 anos

Os senadores e participantes de sessão especial, ontem, elogiaram a capacidade da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) de combinar desenvolvimento regional e preservação de florestas. Os desafios que a autarquia enfrenta para manter a atratividade de investimentos na região também foram destacados. **2**



Senadores do Amazonas, Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin e Omar Aziz falam na homenagem à Zona Franca de Manaus

## Luiza Trajano faz palestra sobre mulher empreendedora

Como parte do Mês da Mulher, o Senado recebe Luiza Trajano, fundadora do Magazine Luiza, que fala sobre empreendedorismo feminino, liderança e equidade. **3**



Fabio Rodrigues/Pozzoboni/ABR

Fundadora do Magazine Luiza falará sobre empreendedorismo



Pedro Franca/Agência Senado

## Aumentar idade para aposentadoria é necessário, afirma Instituição Fiscal

Divulgado ontem, o segundo *Relatório de Acompanhamento Fiscal* da Instituição Fiscal Independente (IFI) destaca que a fixação da idade mínima

de 65 anos para a aposentadoria é o ponto essencial a ser preservado para que a reforma da Previdência produza efeitos fiscais importantes. **3**

Para Felipe Salto (C), da IFI, sem a reforma da Previdência, a emenda constitucional do teto dos gastos públicos não tem como se sustentar

## Encartado na edição de hoje, o *Jornal Senado Mulher*



Reprodução



Lia de Paula/Agência Senado

Abrigo Nosso Lar, em Brasília: 7 mil crianças aguardam adoção no país, segundo o Conselho Nacional de Justiça

## Senado busca reduzir número de crianças à espera de adoção

No Brasil, para cada criança ou adolescente apto para a adoção, há em média seis famílias que buscam um filho. Mesmo assim, muitos jovens permanecem em abrigos. No Senado, projetos de lei objetivam desburocratizar e acelerar os processos para reverter essa situação. **4**

Geraldo Magalhães/Agência Senado



Eduardo Braga (C), Vanessa Grazziotin (2ª à dir.) e Valdir Raupp (D): desafio é aumentar investimentos no Norte

## Senado celebra os 50 anos da Zona Franca de Manaus

Parlamentares e convidados destacaram capacidade da Superintendência da Zona Franca de Manaus, criada em 1967, de promover o desenvolvimento regional com preservação do meio ambiente

A CAPACIDADE DA Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) de combinar desenvolvimento regional e preservação de florestas foi destacada por senadores e convidados ontem em sessão especial destinada a comemorar os 50 anos da autarquia. Os senadores também ressaltaram os desafios que a superintendência enfrenta para manter a atratividade de investimentos na região.

Criada em 28 de fevereiro de 1967, a Suframa é hoje um parque industrial com mais de 460 empresas e faturamento em torno de R\$ 75 bilhões, com atuação no Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e nos municípios de Macapá e Santana, no Amapá.

— A Zona Franca de Manaus representa o mais bem-sucedido programa de estímulo à indústria sem agressão ao meio ambiente. Não é por outro motivo que se aprovou a extensão desse modelo econômico até o ano de 2073, com a promulgação da Emenda Constitucional 83/2014, cuja relatoria tive a honra de conduzir no Senado — disse Eduardo Braga (PMDB-AM), que presidiu a sessão e foi um dos senadores que propuseram a homenagem.

O senador defendeu os incentivos fiscais como forma de atrair empresas para a região e gerar mais empregos. Ao

mesmo tempo, os incentivos também ajudam a preservar a floresta e a combater o aquecimento global, completou.

— Sem os incentivos, é impossível avançar no combate ao aquecimento global — disse.

Outros dois senadores pelo Amazonas, Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Omar Aziz (PSD), ressaltaram a capacidade da Suframa de promover o desenvolvimento sem destruir a floresta, com base em um modelo de crescimento econômico orientado por práticas sustentáveis de produção.

— Os incentivos são fundamentais para o desenvolvimento regional e também para a preservação da floresta, sendo uma contribuição que a nossa Amazônia dá para o combate ao aquecimento global — avaliou Vanessa.

### Infraestrutura

Na opinião de Omar Aziz, é preciso melhorar a infraestrutura e a logística na região, como reconhecimento às contribuições ambientais da Amazônia e como condição para aumentar a competitividade das indústrias lá instaladas.

— Nós somos sobreviventes, porque não temos infraestrutura, não temos logística e conseguimos viver 50 anos com a Zona Franca de Manaus. À isenção dada ao Amazonas, nós damos uma contrapartida que coloca o Brasil como exemplo

de questões ambientais, pois preservamos 98% da nossa floresta — afirmou.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), o fortalecimento da Suframa se reverte na redução das desigualdades regionais. Segundo ele, o órgão é responsável, em Rondônia, por projetos de piscicultura e produção de leite e por apoio aos municípios com maquinários.

Gladson Cameli (PP-AC) também acredita que a Zona Franca cumpre papel fundamental no Norte e cobrou investimentos federais na região.

A superintendente da Suframa, Rebeca Garcia, demonstrou otimismo quanto à implantação de medidas para superar dificuldades decorrentes da crise econômica.

— O objetivo é estimular o Polo Industrial de Manaus, para aumentar produção, faturamento e emprego. Além disso, diversificar a economia regional, estimulando a geração de renda em sua área de atuação, com base na matéria-prima local — frisou.

Ao falar em nome da Assembleia Legislativa do Amazonas, a deputada Alessandra Campêlo (PMDB) apontou realizações promovidas pela Suframa, mas cobrou “o verdadeiro desenvolvimento da região amazônica”, baseado em uma política nacional de biotecnologia e voltado ao aproveitamento da biodiversidade da Amazônia.

## Fernando Bezerra Coelho lembra 200 anos da Revolução Pernambucana

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) destacou o bicentenário do início da Revolução Pernambucana, um dos movimentos libertários do país, que tinha como pilares as



Waldemir Barreto/Agência Senado

liberdade religiosa e de imprensa e a igualdade de todos perante a lei. Apesar da repressão das forças dominantes, a revolução, disse, rendeu frutos, como a instituição de uma República que adotou a divisão de Poderes.

## Valdir Raupp pede obras em rodovia que liga Mato Grosso a Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou urgência na restauração de trecho da BR-364, de 800 quilômetros, que liga Mato Grosso a Rondônia. Segundo ele, a operação tapa-buracos, utilizada em situações emergenciais, não resolve o problema, devido

ao grande volume de chuvas. Raupp destacou casos de pneus estourados e acidentes causados pelo mau estado de conservação da pista e disse que recorrerá aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, a fim de alocar recursos para as obras.

## Gleisi convoca para manifestação no Congresso pelo Dia da Mulher

A proposta de reforma da Previdência é um retrocesso nas conquistas das mulheres, afirmou Gleisi Hoffmann (PT-RS). A senadora convocou as



Waldemir Barreto/Agência Senado

na frente do Congresso ama-

nhã, Dia Internacional da Mulher, em uma manifestação pelos direitos femininos. Ela disse que a data será marcada por greves, passeatas e mobilizações, e não haverá votações no Plenário do Senado.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### PLENÁRIO Concessões de rádio e TV e repatriação

**14h** O primeiro item da pauta do Plenário de hoje é a Medida Provisória 747/2016, que altera as regras para renovação de concessões de rádio e TV. Depois, os senadores devem analisar o PLS 405/2016, que prorroga o regime de repatriação de recursos.

#### MP Instalação de comissões mistas

**14h30** Instalação e eleição de presidentes e vices de oito comissões mistas que analisam MPs: a primeira é a da MP 753, sobre distribuição de recursos da repatriação; às **14h40**, a da MP 754/2016, que reajusta preços de remédios; às **14h50**, a da MP 755/2016, que trata da distribuição de recursos do fundo penitenciário; às **15h**, a da MP 756/2016, que cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim; às **15h10**, a da MP 757/2016, que prevê duas taxas em favor da Suframa; às **15h20**, a da MP 758/2016, que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim; às **15h30**, a da MP 759/2016, que dispõe sobre a regularização fundiária de imóveis rurais e urbanos; e, às **15h40**, a da MP 760/2016, que trata da progressão profissional de PMs e bombeiros do Distrito Federal.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Repatriação de recursos no exterior pode ser votada em Plenário hoje

Senadores analisarão alterações da Câmara, como a que reduziu condições para que brasileiros residentes no exterior participem do programa

O SENADO PODE concluir nesta semana a votação do projeto que prorroga o regime de repatriação de recursos, que sofreu modificações na Câmara. Um ponto especificamente pode ser mexido pelos senadores: as condições mais flexíveis para que cidadãos que não residem no país também possam aderir ao programa.

O PLS 405/2016 é o segundo item na pauta do Plenário hoje. Antes dele, está a medida provisória com as novas regras da renovação de outorga para rádio e TV (MP 747/2016).

No texto aprovado pelo Senado, brasileiros residentes no exterior no prazo fixado para a repatriação prorrogada (30 de junho) também podiam participar do regime, desde que tivessem residido no país em algum momento entre 31 de dezembro de 2010 e 30 de dezembro de 2016.

## Nova decisão

O dispositivo ampliava a possibilidade de participação em relação à lei original da repatriação, que liberava a entrada apenas para não residentes que tivessem morado no Brasil em 31 de dezembro de 2014. No entanto, a Câmara rejeitou a mudança do Senado e restabeleceu o texto original.

O líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá

(PMDB-RR), deve apresentar um destaque para que o Plenário do Senado decida sobre essa modificação à parte das demais. Isso é necessário porque, quando a Câmara altera um projeto do Senado, a regra geral é que todas as mudanças sejam apreciadas de forma coletiva e confirmadas ou rejeitadas em conjunto.

Para o líder do PSDB, senador Paulo Bauer (SC), o ideal é que o Senado ratifique a versão da Câmara, que considera boa. Ele disse esperar que o Plenário não tente restabelecer o texto aprovado pelo Senado em novembro.

— [A expectativa é] que votemos o texto da forma como foi aprovado na Câmara.

Na análise final do projeto da repatriação, os senadores

decidirão apenas se mantêm ou rejeitam as mudanças da Câmara. Não há possibilidade de acrescentar regras novas ou de retirar dispositivos que os deputados tenham aceitado.

Pela nova versão do texto, o prazo para a repatriação passou de 38 para 120 dias, contados a partir da regulamentação da norma pela Receita.

Um dos pontos mais polêmicos do projeto era a autorização para que cônjuges e parentes de políticos com mandatos aderissem ao programa. O Senado havia retirado a proibição da lei em vigor. Na votação em Plenário, os deputados decidiram manter intacto o artigo da lei que proíbe a adesão tanto por parte de políticos quanto por parte dos cônjuges e parentes até segundo grau.

## Reguffe apoia PEC que põe fim ao foro privilegiado

Reguffe (sem partido-DF) defendeu a proposta de emenda à Constituição que extingue o foro privilegiado para autoridades no caso de crimes comuns. Para ele, a PEC 10/2013 precisa entrar logo na pauta de votações do Senado. O foro por prerrogativa de função, disse, só serve de “fermento e instrumento da impunidade”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Foro por prerrogativa de função afronta democracia, diz Ferraço

Será uma desmoralização se o Senado não votar a proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado, disse Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Ele pediu a inclusão na pauta do Plenário da PEC 10/2013, que propõe o fim do foro para autoridades por infração penal comum e permite a prisão de membros do Congresso.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Instituição Fiscal defende aposentadoria aos 65

No segundo Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) da Instituição Fiscal Independente (IFI), divulgado ontem, analistas destacaram que a fixação da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria seria o ponto essencial a ser preservado na reforma da Previdência para que produza efeitos fiscais importantes.

De acordo com o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, sem a reforma da Previdência, a emenda constitucional do teto dos gastos não se sustentará. Ele acredita que a reforma pode ser aprovada com flexibilizações, mas que a idade mínima deve ser mantida.

— O fato é que vai haver um ganho importante em relação ao cenário-base, que seria o de não aprovação da reforma, de algo como 1,4% do PIB no melhor ano. A nossa percepção na IFI é de que a essência desse projeto é a idade mínima.

O relatório traz ainda uma análise sobre o déficit da Previdência. Segundo Salto, é absurdo dizer que não há déficit



Pedro Franco/Agência Senado

Para Felipe Salto, a idade mínima é a essência da reforma da Previdência, pois o número de idosos no país é cada vez maior

na Previdência, porque ele é de 3,7% do PIB e vai acelerar.

— O Brasil está ficando mais velho. Já em 2030, se nada for feito, 70% do orçamento seriam dedicados para pagar a Previdência. Sobrariam 30% para pagar educação, saúde, segurança, transporte, juros. Então, é uma escolha que a sociedade tem que fazer — disse.

Em relação à política fiscal,

o relatório mostra que, se for feito o contingenciamento de R\$ 38,9 bilhões, haverá efeitos positivos para o país ainda em 2017. Salto explicou que sair de uma recessão tão profunda será demorado. Para ele, se em 2018 o Brasil tiver crescido perto de 2%, será “uma dádiva”.

Em relação à crise dos estados, Salto avalia que a situação é séria, talvez pior que a

crise de 1997. Segundo a IFI, o problema fiscal no Brasil está relacionado a pessoal e previdência, o que vale para União, estados e municípios.

Salto anunciou que, no terceiro relatório, os analistas farão um termômetro do contingenciamento, acompanhando com detalhes tudo o que será cortado e as probabilidades de corte.

## Paim: propaganda pela reforma da Previdência é inconstitucional

Paulo Paim (PT-RS) pediu informações à Secretária-Geral da Presidência sobre a propaganda do governo para convencer a sociedade da necessidade da reforma da Previdência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ele quer saber o valor pago pela campanha, os critérios para contratar a empresa que a elaborou e quanto os veículos de comunicação receberam para veiculá-la.

— Está escrito na Constituição que não pode, depois que o projeto é encaminhado ao Congresso, fazer propaganda, querendo interferir na decisão de senador e deputado.

## Para Ana Amélia, campanhas fazem terrorismo contra proposta

Ana Amélia (PP-RS) chamou de “terrorismo” as iniciativas de algumas entidades e partidos contra a reforma da Previdência. Ela lembrou que a reforma ainda está em análise na



Waldemir Barreto/Agência Senado

Câmara e por enquanto não é possível afirmar como será o texto aprovado pelos deputados ou, mesmo, se será votado.

— Me incluir aqui nesta lista de quem está com a reforma da Previdência espalhando terrorismo com esse tipo de folheto na Rodoviária de Brasília é uma irresponsabilidade. Há calúnia e há mentira.

## Vanessa critica idade mínima igual para homens e mulheres

Em pronunciamento no Plenário, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a proposta de reforma da Previdência, como a aposentadoria aos 65 anos para todas as pessoas, mesmo que as mulheres recebam salários mais baixos do que os dos homens e tenham de trabalhar também em casa, muitas vezes sem a ajuda do marido ou do companheiro.

— Enquanto a sociedade não for igual, enquanto a sociedade não tratar a mulher da forma como trata os homens, não se pode tirar esse bônus — afirmou a senadora.

## Ataídes elogia texto original do projeto anticorrupção

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) lamentou as alterações feitas no ano passado pela Câmara dos Deputados ao projeto das dez medidas de combate à corrupção. O texto original, que contou com o apoio popular e do Ministério Público Federal, foi classificado pelo senador como “magnífico”, tendo sido “desfigurado” pelos deputados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Senado busca criar leis que agilizem adoção de crianças

No Brasil, a proporção é de 6 famílias querendo adotar para cada menor de idade em abrigos. Mas a maior procura por bebês brancos, sem irmãos e saudáveis e a demora nos processos dificultam a concretização

Marília Coêlho

O BRASIL TEM 7 mil crianças e adolescentes aptos para a adoção em abrigos e 40 mil famílias que buscam um filho para adotar, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). São quase seis famílias para cada menor de idade.

À primeira vista, não faria sentido haver tantas crianças e adolescentes à procura de uma família. O que há são dois grandes problemas que emperram a adoção no Brasil: as exigências da maioria dos postulantes a pais, que só aceitam bebês de pele branca, sem irmãos e saudáveis, e também a excessiva demora para que os processos de adoção se concretizem.

No ano passado, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) apresentou oito projetos de lei que têm o objetivo de acelerar os processos e reduzir o número de crianças e adolescentes nos abrigos (*veja os projetos no link no final da reportagem*).

Os textos, de forma geral, alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para que os pequenos estejam disponíveis para a adoção antes de atingirem a idade não desejada pela maioria das famílias.

## Prazos

Aécio se baseou nos dados do CNJ, que mostram que, dos menores de idade que esperam em abrigos, apenas 16,5% têm até 3 anos de idade, 35% tem entre 4 e 11 anos e 48,5% têm acima de 12 anos. Das famílias que aguardam na fila para adotar, 53,5% só querem crianças de até 3 anos de idade.

A maioria dos projetos apresentados por Aécio fixa prazos para as etapas ou estabelece uma fiscalização sobre a duração dos processos.

O PLS 373/2016, por exemplo, determina que as cor-

regedorias dos Tribunais de Justiça fiscalizem o tempo de tramitação dos processos de adoção e de destituição do poder familiar e que denunciem ao Conselho Nacional de Justiça os juízes que de forma injustificável não emitirem a sentença em até 360 dias.

## Primeiro passo

Dos oito projetos, o PLS 370/2016 é o único que não trata de prazos, mas auxilia na proteção da criança e do adolescente, pois prevê uma punição para os pais que desistem da adoção durante a tramitação do processo sem motivo justificável.

As propostas aguardam a designação de relator, cinco deles na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e três na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Atualmente, uma pessoa que queira adotar uma criança deve se apresentar à Vara da Infância e da Juventude, por meio da Defensoria Pública ou de um advogado particular, para a primeira etapa, chamada de habilitação.

Para se tornar habilitada, a pessoa deve comprovar renda e apresentar comprovante de residência, atestado de saúde física e mental, nada consta cível e criminal e nada consta na Justiça Federal.

No Distrito Federal, o interessado deve ainda participar de um curso de preparação psicossocial e jurídica para a adoção. Após a conclusão do curso, ele é avaliado por psicólogos e assistentes sociais que assessoram o juiz da Infância e da Juventude e produzem um relatório com a sugestão favorável ou contrária à habilitação.

O Ministério Público pode requerer reavaliação, diligências e audiências envolvendo testemunhas e também deve apresentar um parecer favo-

rável ou não ao interessado em adotar. Diante de todas as provas, o juiz emite a sentença.

— Durante a habilitação, o sistema de Justiça concede ampla liberdade para que o candidato apresente as características da criança ou do adolescente que ele deseja acolher em adoção — explica o supervisor da Seção de Adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Walter Gomes de Sousa.

Uma vez habilitado, o interessado entrará no cadastro local e nacional de adoção. Ele terá que aguardar uma convocação para conhecer uma criança de acordo com o perfil estabelecido.

Quando o candidato é chamado a comparecer à Vara da Infância, ele tem acesso a todos os papéis referentes à criança, em que estão as informações sobre a história de vida dela.

— Se ele aceitar conhecer a criança na instituição de acolhimento, será marcada a visita. A apresentação será intermediada pela equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude. O processo de aproximação e de conhecimento é regulado para que se resguardem os interesses e os direitos da criança ou do adolescente cadastrado em adoção — afirma Sousa.

## Convivência

A etapa de conhecimento e aproximação é chamada de estágio de convivência. Segundo o supervisor da Seção de Adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, a duração desse estágio depende do envolvimento do postulante.

A equipe técnica da Vara da Infância apenas sugere a liberação da criança ao candidato quando os laços afetivos estão estabelecidos e ela já demonstra confiança nele. É só quando se encerra o estágio de convivência que o candidato formaliza o pedido de adoção.

— O candidato recebe o termo de guarda e responsabilidade, válido até a conclusão do processo de adoção, que se dará através do deferimento da sentença de adoção — acrescenta Sousa.

No entanto, a validade do termo de guarda e responsabilidade pode ter um prazo determinado pelo juiz. No Distrito Federal, os juízes de-



Gabriela Korossy/CD

Projetos de lei reduzem prazos e aceleram processos, mas mantêm fiscalização

terminam que o termo dure até a sentença de adoção. Mas em outras comarcas pode ser diferente.

O supervisor da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal explica ainda que, durante o processo de adoção, haverá um novo estudo psicossocial conduzido pela equipe técnica da Justiça. Essa equipe verifica se a criança está sendo atendida nos aspectos materiais e emocionais e se está usufruindo plenamente do status de verdadeiro filho. Esse estudo resulta num parecer técnico em que se sugere o deferimento ou não da ação de adoção.

Os principais entraves levantados pelo CNJ estão ligados ao tempo de tramitação dos processos de perda do poder familiar. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê 30 dias para que o Ministério Público entre com a ação de destituição do poder familiar. No entanto, o Ministério Público pode alegar a necessidade de estudos adicionais, prolongando demasiadamente o processo.

De acordo com o supervisor da Seção de Adoção da Vara da Infância do Distrito Federal, como a lei determina que a manutenção ou a reintegração da criança à família biológica terá sempre preferência, às vezes esse processo demora muito porque o Ministério Público se põe em busca de todos os possíveis familiares, mesmo residentes em outros estados, para mantê-la na família biológica. Além disso,

os pais biológicos podem apresentar recursos às instâncias superiores da Justiça.

## Pais biológicos

Outro fator que contribui para a demora no processo de destituição do poder familiar é a intimação dos pais biológicos. O ECA determina que sejam esgotados todos os meios para a citação dos pais. Essa é a etapa que consome o maior tempo no processo de destituição do poder familiar. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, o tempo médio dessa etapa é de sete meses e meio. Diz um estudo do CNJ sobre o tema:

“As dificuldades na citação [dos pais biológicos] advêm do fato de a adoção aparecer no contexto de famílias em estado de vulnerabilidade, nas quais não apenas a criança ou o adolescente se encontra desprovido de estrutura social e econômica de apoio, mas também os pais. São genitores que não raramente estão separados, que se encontram em situação de dependência alcoólica ou química, que são moradores de rua ou não possuem residência fixa ou emprego. Daí a dificuldade de localização para citação”.

### Saiba mais

**Projetos em estudo no Senado:**  
<http://bit.ly/projetosAdocao>

**Cadastro Nacional de Adoção:**  
<http://bit.ly/cadastroAdocao>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Assista a vídeo da Agência Senado sobre o processo de adoção no Brasil e os oito projetos que buscam agilizá-lo: <http://bit.ly/videoAdocao>